

FMI busca nova fórmula para tratar dívida

Sélvio Ferraz

Correspondente

WASHINGTON — Os ministros da Fazenda dos países industrializados, reunidos em Washington, têm os olhos postos com preocupação nos dramáticos indicadores econômicos dos países da América Latina, levantados pelos técnicos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Segundo estes cálculos, desde 1982 até agora os países devedores latino-americanos realizaram uma transferência de recursos para os países industrializados que totalizou 130 bilhões de dólares — ou seja, 4% de seu Produto Interno Bruto. Isso equivale a quase o dobro do que a Alemanha teve que pagar aos aliados, a título de reparações, depois de derrotada na I Grande Guerra. “Estamos em tempo de paz e a América Latina continua flagelada de forma impiedosa”, frisou um alto funcionário internacional.

Na primeira reunião desde a decretação da moratória brasileira, os governadores do Fundo Monetário Internacional discutirão os novos caminhos a serem trilhados, tanto pelo Fundo como pelo Banco Mundial, para conciliar os interesses dos países endividados com os dos credores. Assim, a discussão mais importante versará sobre o aumento de capital do Banco Mundial, a fim de dotar o organismo dos meios necessários para bancar com garantias a dívida do Terceiro Mundo junto aos bancos. A proposta dos japoneses e alemães é que o capital seja elevado entre 40 e 80 bilhões de dólares. O anúncio de apoio do governo americano à iniciativa é uma boa notícia aos participantes dessa reunião anual, embora chegue cercada de dúvida, pois é certo o debate entre a Casa Branca e o Congresso para que a proposta saia do papel.

Embora os corpos técnicos do Fundo Monetário e do Banco Mundial continuem defendendo a solução caso a caso para a questão da dívida dos países do Terceiro Mundo, o diretor-geral do FMI, Michel Camdessus, usará todo seu charme e habilidade política para arrancar dos países membros cerca de 6 bilhões de dólares. Seu objetivo: suavizar a explosiva questão da dívida. Mesmo porque, com o até hoje fracassado mas insistente Plano Baker sobre as mesas, os banqueiros insistem em negar novos empréstimos aos países devedores, temerosos de não

mais ver a cor de seus dólares. No entanto, como os próprios economistas do Banco Mundial prevêem, é tarefa demasiadamente exagerada para os países devedores bancar seus pagamentos apenas com o saldo da balança comercial — como vem fazendo o Brasil nos últimos dois anos. “Com isso, promove-se um violento reajuste nas economias à custa das populações”, adverte um deles.

Estudos de anos anteriores partiam da suposição de que as receitas provenientes do comércio internacional cresceriam mais aceleradamente que os pagamentos da dívida. Nessa visão, os países latino-americanos teriam apenas que empurrar os prazos de vencimento para frente enquanto se capitalizariam com as exportações. Ao invés disso, as dívidas dos 15 países mais endividados não cresceram, mas reduziram-se. Para agravar ainda mais este quadro, os investimentos nos países endividados estacionaram em 16,5% do seu Produto Interno Bruto — o mínimo suficiente para mantê-los acima da bancarrota. Esta cifra deve ser comparada aos quase 25% de investimentos externos no início da década. A relutância dos bancos em emprestar dinheiro novo aos países endividados é apontada pelo corpo técnico dos dois organismos

internacionais como um agente acelerador da deterioração das relações entre devedores e credores.

Apesar desse cenário pouco animador, o *staff* técnico do FMI crê que a estratégia para superar a crise da dívida deve se apoiar na manutenção do crescimento econômico dos países como um todo e na abertura dos mercados nos países industrializados. Alguma alegria, de qualquer forma, está reservada aos ministros da Fazenda dos países ricos. Quando olharem os resultados da luta mundial contra a inflação, não ficarão tristes — pelo menos os dos países do mundo industrializado. Isso porque, em 1986, os preços ao consumidor nesse grupo de países elevaram-se apenas 2,3% — a taxa mais baixa desde 1960. O futuro tampouco parece sombrio para os países acima do Equador: nos Estados Unidos, em 1987, a inflação deverá ser de 3,5%, enquanto na Europa ficará entre 3% e 3,5% — correspondente à média da inflação dos anos 60. A explicação para isso está, em parte, na queda dos preços do petróleo e das matérias-primas de forma geral. Quem sofreu foram os países exportadores — como o Brasil — que viram as cotações de seus produtos primários sofrerem um achatamento drástico.

